

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 14 de dezembro de 2017, a proposta de declaração de distribuição de dividendos, intercalares no valor de R\$25.000 milhões, com base no balanço de dezembro de 2017, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, no montante bruto de R\$30.000 milhões.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 13 de outubro de 2017, a proposta de declaração de distribuição de dividendos, intercalares no valor de R\$55.000 milhões, com base no balanço de setembro de 2017, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro a setembro de 2017, no montante bruto de R\$45.000 milhões.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 22 de junho de 2017, a proposta de declaração de distribuição de dividendos, intercalares no valor de R\$5.000 milhões, com base no balanço de maio de 2017, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro a maio de 2017, no montante bruto de R\$35.000 milhões.

Os Sócios aprovaram em reunião realizada em 28 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras para o

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e a publicação nos Jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em edições de 28 de março de 2017, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório de Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras e relatórios dos auditores independentes.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 3 de abril de 2017, a proposta de declaração e distribuição de dividendos, intermediários no valor de R\$12.283 milhões, com base nas Reservas de Lucros, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro a fevereiro de 2017, no montante bruto de R\$21.717 milhões.

Os Sócios elegeram em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2017 o Sr. Conrado Engel como Presidente do Conselho Consultivo e os Srs. Jack Treunen, Jeffrey Scott Stein e Luis Otávio Ribeiro como membros do Conselho Consultivo sem designação específica. Os mandatos são válidos até 10 de março de 2018. Nesse mesmo ato, os Sócios aceitaram a renúncia do Sr. Eduardo de Mesquita Samara à posição de membro sem designação específica do Conselho Consultivo.

Os Sócios elegeram em reunião realizada em 2 de fevereiro de 2017 o Sr. Miguel Gomes Ferreira como Administrador da Sociedade, com mandato por prazo indeterminado. Com essa nomeação a administração da Sociedade é exercida pelos Srs. Aquiles do Lago Salvador Mosca, Eduardo Alves de Castro, Miguel Gomes Ferreira, Daniel dos Santos Nascimento e Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista. Os Sócios aprovaram em reunião realizada em 24 de outubro de 2016, a indicação do Sr. Eduardo Alves de Castro, como novo supervisor e responsável pela administração da carteira de valores mobiliários, cujos efeitos da assunção da referida responsabilidade se deram a partir de 7 de novembro de 2016 em

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		58.422	44.708	Passivo Circulante		66.934	84.195
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.f	3	142	Fornecedores	7	978	1.158
Contas a Receber	7	56.086	43.421	Contas a Pagar Coligadas	7&18.f	6.654	16.102
Ativos Fiscais - Correntes		749	674	Salários, Bonificações e Encargos	6	27.508	28.941
Outros Ativos		1.584	471	Impostos a Pagar	8	31.336	37.609
				Provisões para Contingências	9	458	-
Ativo não Circulante		2.096.004	2.105.832	Outros Passivos	7	-	385
Aplicações Financeiras	4&18.f	32.331	39.219	Passivo não Circulante		2.233	2.408
Depósitos Judiciais		31	20	Outros Passivos	7	2.233	2.408
Ativos Fiscais - Diferidos	17.b.1	12.380	15.704	Total do Passivo		69.167	86.603
Outros Ativos		2.341	-	Patrimônio Líquido			
Ativo Tangível	5.a	7.070	8.390	Capital Social		2.029.194	2.029.194
Ativo Intangível	5.b	2.041.851	2.042.499	Reserva de Lucros		56.043	34.743
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		25	22
				Total do Patrimônio Líquido		2.085.259	2.063.937
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	10	2.154.426	2.150.540
Total do Ativo		2.154.426	2.150.540				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.029.194	70.442	-	-	2.099.636
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	-	-	203.301	203.301
Destinação do Lucro:			(177.000)	-	-	(177.000)
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	(62.000)	(62.000)
Reserva de Lucros	10.c	-	141.301	-	(141.301)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		2.029.194	34.743	-	-	2.063.937
Plano de Benefício a Funcionário		-	-	22	-	22
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	276.300	276.300
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	(123.283)	-	-	(123.283)
Destinação do Lucro:			-	-	(131.717)	(131.717)
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	10.c	-	144.583	-	(144.583)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.029.194	56.043	22	-	2.085.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("SBGR"), constituída na forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, domiciliada na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Torre E - 14º e 15º andares, São Paulo, SP tem como finalidade a administração de carteiras de valores mobiliários, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteira de títulos e valores mobiliários e de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, realizando todas as atividades principais e acessórias a tais serviços.

A SBGR é uma sociedade integrante do Grupo Santander, controlada indiretamente pelo Banco Santander S.A. ("Santander Espanha"), o qual em dezembro de 2017 adquiriu 100% de participação direta do capital social da Santander Asset Management UK Holdings Limited ("Sam UK Holdings").

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), corroborado nas Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS).

Os Administradores autorizaram a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 22 de março de 2018.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (CPC 48) - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não haverá impactos relevantes.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração não identificou impactos significativos na adoção dessa norma.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente

acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado decorrente de vendas e recebíveis; essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras"; e
- "Contas a receber".

iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstimos ("Posições vendidas"); e

Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Fornecedores";
- "Contas a pagar Coligadas";
- "Impostos a Pagar";
- "Outros Passivos Financeiros";

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e equipamentos - 20% e beneficiárias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

d) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos e de Carteira de Ativos correspondente a aquisição total do negócio.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - softwares é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida

O ágio por expectativa de realização futura, registrado na aquisição total do negócio, está sujeita à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo intangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Em 2017, após a avaliação do Ativo Intangível não foram identificados indícios de impairment.

e) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Plano de Benefícios Pós Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., juntamente com o Banco Santander Brasil em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

i) Remuneração Baseada em Ações

A SAM Investment Holdings Limited, empresa Controladora da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., lançou um Programa de Incentivos de Longo Prazo (*Equity Award Plan*) destinado a seus principais executivos. O Plano consiste na entrega de opções de compra de ações da Controladora a preços pré-estabelecidos, à esses participantes. Dessa forma, a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. registrou uma obrigação para fazer frente a esta compra das opções de ações da Controladora quando algum desses participantes exercê-las. Essas opções, concedidas em Maio de 2014, podem ser exercidas parcialmente em ciclos, os quais foram iniciados em maio 2015 (nota 19.b), porém, até 31 de dezembro de 2017 nenhuma delas foram exercitadas.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os ativos fiscais são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos ativos fiscais, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., adota o regime não cumulativo para o recolhimento das contribuições de PIS e Cofins, utilizando as alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A SBGR é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São totais ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Serviços. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes à depósitos bancários no montante de R\$3 (31/12/2016 - R\$142).

4. Aplicações Financeiras

Composição	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽¹⁾	32.331	39.219
Total (Nota 18.f)	32.331	39.219

⁽¹⁾ Operações com vencimento entre 8 de outubro e 8 de novembro de 2019.

5. Ativo Tangível e Intangível

a) Ativo Tangível

Composição	31/12/2017	31/12/2016
Móveis e Utensílios	2.697	3.073
Veículos	-	117
Máquinas e Equipamentos	1.098	1.476
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	3.275	3.724
Total	7.070	8.390



Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ nº 10.231.177/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

⁽¹⁾ Deliberados pelos sócios em 14 de dezembro de 2017. O pagamento foi realizado em 15 de dezembro de 2017.
⁽²⁾ Deliberados pelos sócios em 14 de dezembro de 2017. O pagamento foi realizado em 15 de dezembro de 2017.
⁽³⁾ Deliberados pelos sócios em 13 de outubro de 2017. O pagamento foi realizado em 16 de outubro 2017.
⁽⁴⁾ Deliberados pelos sócios em 13 de outubro de 2017. O pagamento foi realizado em 16 de outubro de 2017.
⁽⁵⁾ Deliberados pelos sócios em 22 de junho de 2017. O pagamento foi realizado em 23 de junho de setembro 2017.
⁽⁶⁾ Deliberados pelos sócios em 22 de junho de 2017. O pagamento foi realizado em 23 de junho de 2017.
⁽⁷⁾ Deliberados pelos sócios em 03 de abril de 2017. O pagamento foi realizado em 05 de abril de 2017.
⁽⁸⁾ Deliberados pelos sócios em 03 de abril de 2017. O pagamento foi realizado em 05 de abril de 2017.

	31/12/2016	
	Em milhares de reais	Reais por milhares de cotas
Dividendos Intercalares ⁽¹⁾	33.000	16,2626
Dividendos Intercalares ⁽³⁾	48.800	24,0490
Dividendos Intermediário ⁽⁴⁾	70.200	34,5950
Dividendos Intercalares ⁽⁵⁾	25.000	12,3202
Juros sobre Capital Próprio ⁽⁶⁾	12.000	5,9137
Juros sobre Capital Próprio ⁽⁷⁾	35.000	17,2482
Juros sobre Capital Próprio ⁽⁷⁾	15.000	7,3921
Total	239.000	

⁽¹⁾ Deliberados pelos sócios em 09 de dezembro de 2016. O pagamento foi realizado em 12 de dezembro de 2016.
⁽²⁾ Deliberados pelos sócios em 09 de dezembro de 2016. O pagamento foi realizado em 12 de dezembro de 2016.
⁽³⁾ Deliberados pelos sócios em 28 de setembro de 2016. O pagamento foi realizado em 29 de setembro 2016.
⁽⁴⁾ Deliberados pelos sócios em 28 de setembro de 2016. O pagamento foi realizado em 29 de setembro 2016.
⁽⁵⁾ Deliberados pelos sócios em 30 de junho de 2016. O pagamento foi realizado em 30 de junho 2016.
⁽⁶⁾ Deliberados pelos sócios em 30 de junho de 2016. O pagamento foi realizado em 30 de junho de 2016.
⁽⁷⁾ Deliberados pelos sócios em 15 de abril de 2016. O pagamento foi realizado em 19 de abril de 2016.

c) Resultados não Distribuídos

Os resultados apurados no balanço anual terão a destinação que lhes resolverem dar os sócios, mediante deliberação dos sócios, sendo admitida a distribuição de lucros não proporcional à participação dos sócios no capital social, observando-se, em qualquer hipótese, o quórum de deliberação. Na distribuição de lucros não necessariamente se observará a proporção da distribuição do capital social entre os sócios.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receita Bruta		
Receita com Prestação de Serviços (Nota 13)	495.348	412.343
Menos:		
PIS (Nota 13)	(8.173)	(6.804)
COFINS (Nota 13)	(37.647)	(31.338)
ISS (Nota 13)	(9.907)	(8.247)
Receita Líquida	439.621	365.954

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas com Pessoal (Nota 13)	59.624	59.257
Outros (Nota 13)	1.155	1.280
Total	60.779	60.537

13. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	495.348	412.343
Custos Serviços Prestados (Nota 12)	(1.155)	(1.280)
PIS (Nota 11)	(8.173)	(6.804)
COFINS (Nota 11)	(37.647)	(31.338)
ISS (Nota 11)	(9.907)	(8.247)
Despesa com Pessoal (Nota 12)	(59.624)	(59.257)
Convênio Operacional (Nota 14&19.f)	(3.843)	(4.578)
Rateio de Custos Globais (Nota 14&19.f)	(10.606)	(15.472)
Despesas com Depreciação e Amortização (Nota 14)	(3.205)	(2.724)
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 14)	(11.627)	(12.437)
Despesas com Aluguel (Nota 14)	(3.744)	(5.594)
Outras (Nota 14)	(2.893)	(1.672)
Outras Receitas e Despesas (Nota 15)	1.397	156
Receitas Financeiras com Aplicações em Compromissadas e Certificados de Depósitos a Prazo (Nota 16)	6.723	12.566
Outras Receitas e Despesas Financeiras (Nota 16)	6	(9)
Despesas com IRPJ (Nota 17)	(54.955)	(53.194)
Despesas com CSLL (Nota 17)	(19.795)	(19.158)
Total de Receitas e Despesas	276.300	203.301

Aquiles do Lago Salvador Mosca
 Daniel dos Santos Nascimento
 Eduardo Alves de Castro

PRESIDENTE
 Conrado Engel

ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRADORES

Miguel Gomes Ferreira
 Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista

CONSELHO CONSULTIVO

CONSELHEIRO
 Jack Treunen

CONTABILISTA

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 13)	11.627	12.437
Despesas com Aluguel (Nota 13)	3.744	5.594
Depreciação (Nota 5.c&13)	1.254	1.350
Amortização (Nota 5.c&13)	1.951	1.374
Convênio Operacional (Nota 18.f&13)	3.843	4.578
Rateio de Custos Globais (Nota 18.f&13)	10.606	15.472
Outras (Nota 13)	2.893	1.672
Total	35.918	42.477

15. Outras Receitas (Despesas)

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Outras Receitas	2.294	997
Convênio Operacional (Nota 18.f)	997	997
Variação Cambial Serviços de Suporte Global	887	-
Outras	410	-
Outras Despesas	(897)	(841)
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(76)	(54)
Impostos e Taxas	(422)	(685)
Outros	(399)	(102)
Total (Nota 13)	1.397	156

16. Receitas (Despesas) Financeiras

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas Financeiras (Nota 13)	6.723	12.566
Juros/Atualização Selic	85	21
Juros de Aplicações em Compromissadas	-	128
Juros de Aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB (Nota 18.f)	6.636	12.417
Rendimentos Plano de Pensão	2	-
Despesas Financeiras (Nota 13)	6	(9)
Outros	6	(9)
Total	6.729	12.557

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação de Alíquotas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	351.050	275.653
Juros sobre Capital Próprio	(131.717)	(62.000)
Resultado Antes dos Impostos	219.333	213.653
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, Respectivamente	(74.549)	(72.619)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis ⁽¹⁾	(224)	358
Outros Ajustes	23	(91)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.750)	(72.352)
Impostos Correntes	(71.426)	(74.528)
Impostos Diferidos	(3.324)	2.176
Impostos Pagos no Exercício	(77.577)	(68.939)

⁽¹⁾ Saldo composto substancialmente pela Exclusão de Provisão de Bônus

b) Imposto Diferido

b.1) Ativos Fiscais

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisões para bônus e plano de remuneração baseado em ações	11.551	7.882	(11.588)	7.845
Provisões para Rateio de Custos Globais	2.907	3.203	(2.907)	3.203
Outras Provisões Temporárias	1.246	536	(450)	1.332
Total	15.704	11.621	(14.945)	12.380

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais

	31/12/2017
Ativos Fiscais	12.380
Diferenças Temporárias	12.380
IRPJ	2.355
CSLL	848
Total	3.203
IRPJ	6.748
CSLL	2.429
Total	9.177
IRPJ	9.103
CSLL	3.277
Total	12.380

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Impostos Correntes

Os ativos fiscais referem-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Seus administradores foram remunerados a partir de 01 de janeiro de 2015 e o valor total de remuneração foi de R\$7.203 mil. Em 2017 o valor total da remuneração dos administradores foi de R\$8.678 (31/12/2016 - R\$6.648).

b) Benefícios de Longo Prazo

Alguns funcionários da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. participam do plano de ações de longo prazo vinculado a 50% ao atingimento de resultados do negócio e os outros 50% vinculados as opções de ações da Sam Investment Holdings Ltda. que podem ser exercidas até 2019.

c) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Salários e Honorários dos Administradores	3.423	3.095
Remuneração Fixa	5.255	3.553
Remuneração Variável	8.678	6.648

Total Benefícios de Curto Prazo
 Adicionalmente, no exercício de 2017 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.378 (31/12/2016 - R\$565).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. é controlada pela SAM Investment Holdings Limited que possui 2.029.194 mil cotas e pela Santander Asset Management Uk Holdings Ltd. que possui 3 mil cotas, correspondentes a 99,99% e 0,01% do capital social, respectivamente.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e resultados de transações são:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	142
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	3	142
Aplicações Financeiras	32.331	39.219
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	32.331	39.219
Contas a Receber	83	83
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	83	83
Passivo		
Contas a Pagar Coligadas	6.654	16.102
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	299	464
Santander Investment Holdings Ltd. ⁽⁵⁾	6.355	15.634
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁶⁾	-	4
01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	

Resultado